

05 de julho de 2019

DOCUMENTO SÍNTESE

PRELIMINAR

Relatório sobre Racismo, Xenofobia e Discriminação Étnico-racial em Portugal

O Racismo é um fenómeno de discriminação social, baseado no princípio de que há várias raças humanas, assente numa hierarquização com base em características físicas como a cor da pele ou outras características étnico-raciais, sem quaisquer fundamentos científicos de suporte.

Acresce ainda em muitas sociedades fenómenos de xenofobia, que consiste em discriminação social com base na nacionalidade.

Portugal, tal como todas as sociedades, tem uma matriz cultural e social da comunidade maioritária que assume comportamentos diversos perante as minorias étnico-raciais e que, independentemente de um quadro legal assumidamente igualitário para todos os cidadãos e cidadãs, como refere a Constituição da República Portuguesa nos números 1 e 2 do seu artigo 13^a: «Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei» «Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social». Tem na sua organização e interação comportamentos etnocêntricos, ou seja, em que as representações, os valores com que avaliamos as minorias culturais e étnico-raciais são entendidos como prevaletentes e dominantes.

Esta realidade, não pode, contudo, em nenhuma circunstância justificar violência ou limitações nos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e cidadãs que pertencem a grupos das comunidades minoritárias, que se traduzem muitas vezes na perturbação e limitação na igualdade de direitos e na igualdade de oportunidades.

Em Portugal, por razões históricas de muitos séculos, a sociedade portuguesa e as suas instituições têm sido constantemente confrontadas com a diferença e a diversidade étnico-racial e cultural. Esta diversidade tem sido acompanhada por narrativas e comportamentos sociais diversificados ao longo do tempo, com motivações e decisões de carácter político que têm feito um caminho que nos traz ao século XXI.

Nos anos de 2017 e 2018 houve um conjunto de acontecimentos em Portugal que chamaram a atenção para este fenómeno no país e que o incluíram de forma mais presente na agenda política nacional, nomeadamente os ataques incendiários ao património de cidadãos da comunidade cigana e o incitamento ao ódio e ameaças

espichadas nas paredes da Freguesia de Santo Aleixo da Restauração, no Concelho de Moura; o caso *Urban Beach*, em que há um espancamento por parte dos seguranças desta conhecida discoteca de Lisboa de um jovem negro, por alegadas motivações racistas; do início do julgamento de vários agentes da esquadra de Alfragide sob suspeita de terem detido sem razão para tal, e no âmbito da detenção, insultado com ditos de carácter racista e agredido jovens negros do Bairro da Cova da Moura, na Amadora; do espancamento por parte de um segurança de uma jovem colombiana, após ter sido impedida de entrar num autocarro na cidade do Porto.

É na sequência destes acontecimentos que é apresentado pelo Partido Socialista a 26 de setembro de 2018, discutido e aprovado por unanimidade na 1ª Comissão Parlamentar – Assuntos Constitucionais Direitos, Liberdades e Garantias – um requerimento que instituiu que, no âmbito da Subcomissão para Igualdade e Não Discriminação, fosse incluído no respetivo plano de atividades um conjunto de audições, audiências e visitas, sobre a temática do racismo, xenofobia e discriminação étnico-racial em Portugal, devendo ser elaborado um relatório. Foi designada Relatora a Deputada Catarina Marcelino do Partido Socialista.

No âmbito do Relatório sobre Racismo, Xenofobia e Discriminação Étnico-Racial, ouvimos em Audições 31 entidades e personalidades, nas visitas que realizámos estiveram envolvidas 28 organizações, e em todos os trabalhos, em diferentes momentos, 18 deputadas e deputados de todas as forças políticas, tendo sempre como princípio, em primeiro lugar, dar voz àqueles e àquelas que são alvo da discriminação e de seguida às entidades e organizações que trabalham com estes públicos.

Este princípio que norteou os trabalhos do Relatório deve-se ao facto de não ser possível avaliar politicamente uma realidade sem compreender como é que as pessoas que a vivem a percebem e o que querem para si próprias.

Esta perspetiva aplica-se não só à avaliação política, mas também à concretização de políticas públicas eficazes e eficientes para responder às necessidades dos cidadãos e cidadãos afetados pelo fenómeno social de discriminação étnico-racial.

Com o objetivo de definir os grupos sobre os quais se iria debruçar o Relatório, foram tidos por base os dados da CICDR – Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial.

Tendo em conta os dados do *Relatório Anual da CICDR de 2018 – Igualdade e Não Discriminação em razão de origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem*, foram apresentadas 346 queixas, sendo a sua classificação, nas 3 primeiras posições, por fator de discriminação: 21,4% etnia cigana; 17,6% cor da pele negra; 13% nacionalidade brasileira.

Assim sendo, tendo por base a classificação por fator de discriminação do relatório suprarreferido e identificando as principais causas das queixas apresentadas, definiu-se

como objeto de análise para o impacto do racismo, da xenofobia e da discriminação étnico-racial os seguintes grupos – as comunidades ciganas, afrodescendentes e comunidade brasileira.

Partindo da voz das pessoas que são alvo da discriminação nas audições públicas, passámos às audições com especialistas que têm reflexão sobre o tema e que nos ajudam a compreender os factos de forma mais conceptual e mais reflexiva.

Por fim, sendo um dos objetivos deste relatório avaliar a intervenção do Estado no âmbito das políticas públicas, na promoção de igualdade de oportunidades para as pessoas que pertencem a minorias étnico-raciais e no combate ao racismo, à xenofobia e à discriminação, ouvimos Dirigentes da Administração Pública em áreas que consideramos chave, assim como Membros do Governo também em áreas determinantes.

Tendo em conta as audições que foram realizadas, podemos afirmar que há da parte das Associações de afrodescendentes, comunidade brasileira e das comunidades ciganas uma evidente consciência do racismo, da xenofobia e da discriminação a que estão sujeitas. No que diz respeito à academia e ao ativismo existe pensamento crítico e informado sobre o tema.

Quanto aos e às Dirigentes da Administração Pública há consciência de que existem assimetrias com base na discriminação étnico-racial, mas existe ainda uma ação muito centrada nas questões da imigração sem fazer a destringência do ponto de vista da intervenção. Os membros do Governo ouvidos reconhecem a discriminação étnico-racial nas suas áreas de intervenção, havendo uma preocupação em ir mais longe nas políticas públicas de combate a este fenómeno.

Em simultâneo com o calendário das audições foram realizadas 10 visitas, que incidiram em territórios com forte expressão das comunidades ciganas- Bragança, Coimbra, Moura e Seixal – e das Comunidades Afrodescendentes – Cova da Moura/Amadora, Quinta do Mocho/Loures, Bela Vista e Quinta da Parvoíce/Setúbal e Vale da Amoreira/Moita. Foram ainda realizadas duas visitas a Estabelecimentos Prisionais – Tires, falta ainda o EP do Linhó previsto para dia 8 de julho.

Estas visitas permitiram um contacto direto com as comunidades e com a realidade habitacional e territorial em que vivem, compreendendo melhor as condições de precariedade habitacional em Bragança, Moura, Loures e Setúbal, a experiência de segregação dos Bairros Sociais ou Bairros de Génese Ilegal em Coimbra, Amadora, Loures, Setúbal e Moita e nos contextos escolares, de mobilidade e de trabalho associados.

Com o objetivo de auscultação, foi aprovado em dezembro de 2018, em reunião da Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação o mapa das entidades a ouvir entre fevereiro e julho de 2019:

Data	Audição	Entidades
8 de fevereiro	Audição Pública Afrodescendentes e Comunidade Brasileira	Casa do Brasil – Cyntia de Paula
		Amnistia Internacional – Susana Silva
		Associação DJASS – Beatriz Dias
		Associação Caboverdeana – Filipe Nascimento
		Associação Moinho da Juventude – Flávio Almada e Jakilson Pereira
		Deputados/as: Elza Pais, PS (Presidente Subcomissão igualdade e Não Discriminação); Catarina Marcelino, PS (Relatora); Sandra Pereira, PSD; Isabel Alves Moreira, PS; José Manuel Pureza, BE; Vânia Dias da Silva, CDS-PP; Hélder Amaral, CDS-PP; Rita Rato, PCP
19 de março	Audição Pública Comunidades Ciganas	Associação Letras Nómadas – Olga Mariano e Bruno Gonçalves
		SOS Racismo – José Falcão
		AMEC – Prudêncio Canhoto
		EAPN – Maria José Vicente
		Deputados/as: Elza Pais, PS (Presidente Subcomissão igualdade e Não Discriminação); Catarina Marcelino, PS (Relatora); Laura Magalhães, PSD; Isabel Alves Moreira, PS; Maria da Luz Rosinha, PS; José Manuel Pureza, BE; Vânia Dias da Silva, CDS-PP.
30 de abril	Audição Especialistas Comunidades Ciganas	Olga Magano – Professora Universidade Aberta
		Mirna Montenegro – Educadora de Infância
		Maria do Rosário Carneiro – Professora Universidade Católica
		Daniel Seabra Lopes – Professor ISEGE
		Deputados/as: Elza Pais, PS (Presidente), Catarina Marcelino, PS (Relatora); Isabel Alves Moreira, PS
13 de maio	Audição Especialistas Afrodescendentes e	Catarina Reis Oliveira – Observatório das Migrações
		Mamadu Bá – Ativista/SOS Racismo

	Comunidade Brasileira	André Costa Jorge – Serviço Jesuítas aos Refugiados
		Cristina Roldão – Professora ESE Setúbal
		Miguel vale de Almeida – Professor ISCTE
		Marta Araújo – Professora Universidade de Coimbra
		Deputados/as: Elza Pais, PS (Presidente), Catarina Marcelino, PS (Relatora); Isabel Alves Moreira, PS
31 de maio	Audição Dirigentes da Administração Pública	Alto Comissário para as Migrações – Pedro Calado
		Presidente do IRUH – Isabel Dias
		Subinspetor IGAI – Paulo Ferreira
		Diretor Geral da DGRSP – Rolando Mateus
		Inspetora Geral ACT – Luísa Guimarães
		Subdiretora Geral DGE – Eulália Alexandre
		Subdiretora Geral da DGEstE – Florbela Fernandes
		Tenente General GNR – Rui Clero
		Superintendente Chefe PSP – Luís Farinha
		Deputados/as: Elza Pais, PS (Presidente), Catarina Marcelino, PS (Relatora), José Pureza, BE, Rita Rato, PCP
26 de junho	Audição Membros do Governo	Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna
		Secretário de Estado da Educação
		Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional
		Deputados/as: Elza Pais, PS (Presidente), Catarina Marcelino, PS (Relatora), Sandra Pereira, PSD, Isabel Moreira, PS, Carla Tavares, PS, Maria Augusta Santos, PS, Sandra Cunha, BE
9 de julho	Conferência	Programa em anexo

Também neste contexto foram aprovadas as visitas a realizar entre fevereiro e julho de 2019:

Data	Visita	Entidades
11 de fevereiro	<ul style="list-style-type: none"> • Acampamento dos Formarigos • Bairro da Mãe D'Água • Acampamento do Cruzamento de Donai • Comunidade de Sortes 	<p>Serviço da Pastoral das Migrações e Minorias Étnicas da Diocese Bragança-Miranda</p> <p>Câmara Municipal de Bragança</p> <p>Deputadas:</p> <p>Ângela Guerra (PSD)</p> <p>Sandra Pereira (PSD)</p> <p>Catarina Marcelino (PS)</p> <p>Helena Roseta (PS)</p> <p>Maria Manuel Rola (BE)</p>
14 de abril	<ul style="list-style-type: none"> • Centro de estágio habitacional de Coimbra • Escola EB1 do Ingote • Associação dos Cigana de Coimbra • Bairros do Planalto e do Ingote • Projeto Escolhas Trampolim 	<p>Associação dos Ciganos de Coimbra</p> <p>Câmara Municipal de Coimbra</p> <p>Junta de Freguesia da União de Freguesias de Eiras e São Paulo de Frades</p> <p>Alto Comissariado para as Migrações (ACM)</p> <p>Deputados/as</p> <p>Ana Oliveira (PSD)</p> <p>Elza Pais (PS)</p> <p>Catarina Marcelino (PS)</p> <p>Pedro Coimbra (PS)</p> <p>José Manuel Pureza (BE)</p>
6 de maio	<ul style="list-style-type: none"> • Escola EB2 de Moura • Acampamento do Largo da Feira Velha • Bairro do Girassol 	<p>Associação Sílabas Dinâmicas</p> <p>Associação Letra Nómadas</p> <p>Câmara Municipal de Moura</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Escolhas – ADC Moura 	<p>Alto Comissariado para as Migrações (ACM)</p> <p>Deputados/as:</p> <p>Catarina Marcelino (PS)</p> <p>Nuno Sá (PS)</p> <p>João Dias (PCP)</p>
14 de junho	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Secundária Dr Azevedo Neves • Bairro do Alto da Cova da Moura • Associação Cultural Moinho da Juventude 	<p>Associação Cultural Moinho da Juventude</p> <p>Deputadas:</p> <p>Catarina Marcelino (PS)</p> <p>Rita Rato (PCP)</p>
28 de junho	<ul style="list-style-type: none"> • Casa da Cultura de Sacavém • Bairro da Quinta do Mocho • Reunião com associações e entidades locais 	<p>START.SOCIAL – Cooperativa Sócio-Educativa para Desenvolvimento Comunitário, C.R.L.</p> <p>U.J.A.P.-União de Juventude Angolana em Portugal</p> <p>Associação Mocho Mais</p> <p>Prosaudesc - Associação De Promotores De Saúde Ambiente E Desenvolvimento Socio -Cultural -</p> <p>Capacitare</p> <p>Plataforma para a Reflexão Cívica dos Afrodescendentes</p> <p>Agrupamento de Escolas Eduardo Gageiro</p> <p>Câmara Municipal de Loures</p> <p>Deputada:</p> <p>Catarina Marcelino (PS)</p>
1 de julho	<ul style="list-style-type: none"> • Bairro da Bela Vista e Quinta da Parvoíce – Setúbal 	<p>Junta de Freguesia da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Vale da Amoreira e Associação Cabo Verdiana do Vale da Amoreira - Moita • Projeto da Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas (AMUCIP) – Seixal 	<p>Associação Cabo Verdiana do Vale da Amoreira</p> <p>Câmara Municipal da Moita</p> <p>Deputados/as:</p> <p>Catarina Marcelino (PS)</p> <p>Joana Mortágua (BE)</p> <p>Bruno Dias (PCP)</p>
2 de julho	<p>Cascais – Estabelecimento Prisional de Tires</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reunião com a Direção • Visita à Casa das Mãe e contacto com reclusas 	<p>Diretora do Estabelecimento – Dr.ª Maria de Fátima Andrade Corte</p> <p>Diretor-geral de Reinserção e Serviços Prisionais – Dr. Rómulo Mateus</p> <p>Deputadas:</p> <p>Elza Pais (PS)</p> <p>Catarina Marcelino (PS)</p>
8 de julho	Sintra – Estabelecimento Prisional do Linhó (a realizar)	

É de referir que um Relatório desta natureza realizado em 5 meses, não permitiu que fossem ouvidas em audição todas as entidades e personalidades que poderiam dar contributo para os trabalhos, nem visitados todos os locais que nos trariam um melhor conhecimento da realidade no território. Contudo, procurámos que os trabalhos nos proporcionassem uma visão equilibrada e abrangente da realidade das pessoas e de como a realidade se traduz no território nacional.

Nesta síntese estão referidos problemas centrais, que foram sendo identificados ao longo dos trabalhos e algumas recomendações, sendo que o Relatório será concluído após o Seminário de dia 9 de julho e será apreciado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, podendo vir a incorporar sugestões das Senhoras e Senhores Deputados da Comissão, sendo depois colocado à votação para aprovação e só após a votação o processo é concluído e o texto, sendo aprovado, tornar-se-á definitivo.

CONTEXTO DAS POLÍTICAS

A Sociedade Portuguesa tem uma longa História de relação com comunidades etnicamente e culturalmente diversas. Séculos de colonização, a descolonização e a imigração dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa após 1974, levou a que hoje existam muitas pessoas portuguesas afrodescendentes que não são imigrantes. Entre 2007 e 2017, com a alteração à lei da nacionalidade de 2006, cerca de meio milhão de pessoas tornaram-se portuguesas, entre elas muitas de origem africana e brasileira.

Às legítimas expectativas de igualdade de oportunidades das pessoas afrodescendentes, juntam-se as necessidades imperiosas de inclusão, em áreas como a habitação, educação e emprego, das comunidades ciganas, a única minoria étnica autóctone, radicada em Portugal desde o século XV.

Acresce ainda o facto do atual contexto social e político, nacional e europeu, diferenciar-se daquele que se vivia na década de 90 do século XX, quando em Portugal foi desenvolvido um forte investimento nas políticas de integração de imigrantes.

A realidade atual das minorias étnico-raciais, nomeadamente a existência de cada vez mais pessoas afrodescendentes portuguesas e de haver uma maior consciência por parte destas pessoas, mas também das comunidades ciganas da sua condição de discriminação com base na sua origem étnico-racial, exige da parte das políticas públicas uma diferenciação clara entre imigração e estas comunidades de portugueses e portuguesas.

Esta perspetiva esteve muito presente nas audições a especialistas.

Diz Miguel Vale de Almeida, Professor do ISCTE, “A primeira premissa que precisa de ser esclarecida já foi aqui repetida várias vezes e tem a ver com a necessidade de nós, conceptualmente, distinguirmos migração de racismo e distinguirmos as questões que afetam as populações migrantes — e que são questões absolutamente importantes, nenhum de nós está a diminuir isso — mas que, conceptualmente, separam, embora às vezes se sobreponham, mas nem sempre, das questões que têm a ver com o racismo na sociedade portuguesa, com a existência de afrodescendência em Portugal e com o facto de a tal comunidade que imaginamos dever ser imaginada como uma comunidade que é também afrodescendente.”

Cristina Roldão, Professora da ESE de Setúbal afirma, “Acho que esse é um dos grandes desafios, quer do ponto de vista da forma como concetualizamos as desigualdades na sociedade portuguesa, quer do ponto de vista da formulação de política. Uma distinção clara e efetiva entre políticas de imigração e políticas de combate ao racismo. (...) Precisamos de uma estrutura independente e autónoma da pasta das migrações, do combate à pobreza, que se debruce especificamente sobre a questão do racismo e das desigualdades étnico-raciais na sociedade portuguesa e que seja liderado por pessoas e por representantes das comunidades que sofrem mais discriminação em Portugal.”

Maria do Rosário Carneiro, Professora da Universidade Católica, “Não compreendo como é que as questões da comunidade cigana portuguesa estão incluídas no Alto

Comissariado para as Migrações. É qualquer coisa que eu não consigo compreender. Não são estrangeiros, são portugueses. Portanto, as suas questões, a tutela das políticas públicas que dizem respeito a esta comunidade não pode depender de um organismo que se ocupa com questões como sejam as das migrações. Não são migrantes! É uma comunidade residente em Portugal há mais de 500 anos. É portuguesa, não é? É portuguesa!”

O Alto Comissário para as Migrações, Pedro Calado, na sua intervenção, refere programas e políticas no âmbito do racismo, da discriminação étnico-racial e da interculturalidade na estrutura orgânica do Alto Comissariado que foi perdendo ao longo dos anos, no seu nome, as referências a esses contextos, sendo hoje designado Alto Comissariado para as Migrações.

Outro aspeto, mais subjetivo, mas que nos parece importante evidenciar uma vez que ficou muito claro nas audições realizadas, é que hoje, a capacidade de organização de grupos de autorrepresentantes de afrodescendentes e comunidades ciganas, assim como a existência de um setor intelectual proveniente destas comunidades, traz-nos, na “primeira pessoa” uma reflexão crítica aprofundada que tem de ser incluída no pensamento político sobre estas temáticas e que deve fazer parte integrante da conceção das políticas públicas.

Este aspeto, não é só relevante para uma melhor eficácia das políticas públicas, mas é também um fator muitíssimo importante para que não haja radicalização do discurso étnico-racial, quer da comunidade maioritária, quer dos que são alvo de discriminação, e que todos possam ser e sentir-se parte da construção de uma sociedade inclusiva e tolerante.

Durante as audições realizadas à um aspeto recorrente em todas elas, o facto de não haver dados estatísticos de caracterização étnico-racial em Portugal e de estarmos a trabalhar com dados de imigração que não inclui as e os nacionais que fazem parte destes grupos de população.

Esta constatação foi muito evidente, não sobre a forma como os dados devem ser recolhidos, apesar de haver referências a este tema uma vez que os trabalhos do relatório foram coincidentes com o Grupo de Trabalho que estudou a opção de inclusão de uma pergunta sobre origem étnico-racial nos Censos de 2021 e da decisão do INE de não incluir a pergunta, mas sobre a necessidade urgente de informação para poder desenvolver políticas públicas que respondam às necessidades identificadas.

A informação referente à aquisição de nacionalidade por parte de cidadãos estrangeiros reforça a necessidade de mais dados sobre esta população que deixou de constar nos dados sobre imigração. Catarina Reis Oliveira diz que nestas pessoas que adquiriram nacionalidade portuguesa há sobre representação de pessoas provenientes dos PALOP e do Brasil. “Quando analisámos por nacionalidade de origem, portanto, antes da aquisição da nacionalidade portuguesa, vimos uma sobre representação efetiva de cidadãos que eram falantes de português. Estamos a falar de brasileiros e de PALOP, principalmente quem adquiriu a nacionalidade nos últimos anos.”

Rosário Carneiro afirmou “Não se trata de uma mera discriminação de natureza racial e étnica. A verdade é que também é isso, mas tudo isto acontece porque existe esta outra circunstância da sua extrema pobreza. Isto porque relativamente aos ciganos que não são pobres, nós não sabemos nada. E, de novo, se coloca a questão dos censos. Como é que estão? Como é que vivem? Que profissões têm? Que percursos de vida tiveram?”

Proposta de Recomendações

- Separar o combate ao racismo e à discriminação étnico-racial da estrutura responsável pela implementação de política de integração de imigrantes
- Realizar recolha de informação estatística, pelo organismo responsável pela estatística nacional, sobre origem e discriminação étnico-racial em Portugal

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Tendo em conta que a Democracia representativa é constituída, nos órgãos deliberativos, por representantes das e dos eleitores, através de eleições europeias, legislativas e autárquicas, é desejável que essa representatividade seja o mais abrangente possível na inclusão de pessoas que espelhem a diversidade da sociedade portuguesa, entre as quais pessoas portuguesas afrodescendentes e das comunidades ciganas, assim como pessoas da Comunidade Brasileira que têm direitos políticos alargados por via do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre Portugal e Brasil. Nas eleições autárquicas os direitos políticos alargam-se a outras comunidades imigrantes com acordos de reciprocidade, nomeadamente Cabo-Verde.

Contudo, quando olhamos para a representação política nacional nos órgãos eleitos, Parlamento Europeu, Parlamento Nacional, Assembleias Municipais e Câmaras Municipais, a participação de pessoas negras, das comunidades ciganas ou de comunidades imigrantes, é praticamente inexistente, tanto na Assembleia da República como em Municípios onde a diversidade étnico-cultural é muito expressiva.

Cyntia de Paula, Presidente da Casa do Brasil, refere “Uma questão que consideramos muito importante é a falta de interesse dos Partidos Políticos em ter pessoas imigrantes nos papéis principais. Sentimos que as comunidades imigrantes – e aqui vou falar da minha, que é a maior de Portugal.... Quantas pessoas temos nas Juntas de Freguesia? Nas Câmaras Municipais e nesta Casa que nos recebe hoje? Quantas pessoas estão de facto no poder de decisão? (...) Acho que há aqui um caminho muito grande a desconstruir em relação aos partidos políticos, e isso é urgente.”

No mesmo sentido diz Olga Mariano, Presidente da Associação Letras Nómadas, “Os ciganos, como todos sabemos, ainda não estão representados quer a nível local, quer a nível nacional. Basta ver no Parlamento quantas pessoas ciganas existem. E se falarmos em minorias, verificamos que não é só a representação cigana que não está

representada, mas também a população afrodescendente. Onde é que ela está? (...) relativamente à nossa representação política nas listas, quando nos são endereçados convites pelos Partidos, é praticamente um só «faz de conta». É importante dar voz, porque nós fazemos a mudança.”

Ao que Bruno Gonçalves, Vice-Presidente da Associação Letras Nómadas, acrescenta “Gostaria de salientar que cada vez mais temos portugueses ciganos com consciência política e vontade de participar. (...) precisamos de grandes oportunidades e que não tenhamos um papel secundário nesta questão da participação política. Acho que muitos de nós somos também capazes de construir, de melhorar e de enriquecer as nossas cidades a nível local, mas também temos alguns portugueses ciganos com capacidade para enriquecer a nível nacional e fazer política.”

Mirna Montenegro, Educadora de Infância e Investigadora, refere “Por outro lado, os partidos políticos deviam acolher nas suas listas pessoas ciganas e dar-lhes voz, não serem só meros consultores. Na altura, também se falou nisso e eu não sei até que ponto é que foi tido em conta. Os ativistas ciganos fazem parte de uma elite e, como diz a Olga, «candeia que vai à frente alumia duas vezes». “

É ainda de salientar que o XXI Governo Constitucional tem a maior representatividade étnico-racial de sempre nos Governos do país, mas que não é eleito.

Esta realidade aponta, como verificámos pelas intervenções sobre este tema nas Audições, que há uma desigualdade étnico-racial entre aqueles que exercem o seu direito a serem eleitores e eleitos e aqueles que são eleitores, mas que não têm a oportunidade de serem eleitos.

Há ainda outra situação que nos é relatada, nomeadamente no que diz respeito aos imigrantes e em particular à comunidade Brasileira que tem direitos políticos alargados, que a percentagem daqueles que exercem os direitos de eleitor é muito baixa, entre a comunidade brasileira segundo foi adiantado pela Diretora do Observatório das Migrações, Catarina Reis Oliveira, é de 6%, sendo a taxa de recenseamento eleitoral da comunidade Cabo-verdiana a mais elevada.

“Sabemos que os brasileiros são aqueles que têm mais direitos em termos políticos. Ainda assim, quando se analisa por nacionalidades, verifica-se que, nos últimos anos, diminuiu o recenseamento dos nacionais de países terceiros e, se considerarmos o número de recenseados por total de residentes com mais de 20 anos — é o indicador possível de apurar —, temos uma taxa de recenseamento de 30% para os cabo-verdianos, enquanto para os brasileiros estamos na ordem dos 6%. Aqui, há um grande salto relativamente ao direito *versus* efetiva prática desse direito.”

Proposta de Recomendações:

- Sensibilizar os Partidos Políticos para a integração de minorias étnico-raciais nas listas que concorrem a eleições Europeias, Legislativas e Autárquicas, de modo a garantir maior representatividade destas comunidades nos órgãos de decisão política.

JUSTIÇA E SEGURANÇA

Quando falamos do tema do relatório uma das questões mais sensíveis é a área da justiça e segurança e é um tema que tem tido projeção mediática, com acontecimentos como o julgamento dos polícias da esquadra de Alfragide ou da intervenção policial no Bairro da Jamaica.

Nas audições públicas as entidades ouvidas sobre este tema, Amnistia Internacional e SOS Racismo, referiram a necessidade de maior concretização e resultados face às queixas no âmbito da CICDR, o combate ao aumento do discurso de ódio em Portugal, em particular nas redes sociais e o sentimento de impunidade da comunidade face aos comportamentos racistas e discriminatórios.

Refere Susana Silva, Perita da Amnistia Internacional, “Para dar um contexto dos números da CICDR, recordo que, de acordo com o seu último relatório, de 2017, a CICDR recebeu 179 queixas, das quais 44 deram origem a processos de contraordenação, queixas estas que são apresentadas por discriminação, sendo que 38% tiveram por base a origem racial e étnica, 22,3% a nacionalidade, 21,8% a cor da pele - são dados de 2017 e ainda estava na vigência a lei anterior à Lei nº 93/2017. Gostaria de dizer porque é relevante que, em face de todas estas queixas, poucas são aquelas que chegam a condenação. No site da CICDR, conseguimos verificar que, no ano de 2018, existiram cinco condenações. Não sabemos se são processos que transitaram do ano anterior, mas, de facto, existe uma taxa de condenação pequena relativamente aos casos de denúncia e importa, como já foi recomendado e precisarei adiante, conhecer o motivo para que estas condenações não existam”.

Houve também, nas intervenções das audições públicas e sobretudo nas reuniões realizadas durante as visitas aos Bairros da Área Metropolitana de Lisboa, uma mensagem clara de existência de desconfiança das camadas mais jovens da população dos bairros (integrada no que denominaram de imaginário da cultura juvenil) em relação às forças de segurança, e por outro lado uma indiferença das forças de segurança relativamente à necessidade de gerar confiança entre as camadas mais jovens destas comunidades. Este discurso esteve muito presente na visita à Quinta do Mocho pelo representante da Associação de Jovens Mocho Mais, Hélder André, na visita realizada ao bairro da Bela Vista pela Liliana Freire da Paróquia local e no Vale da Amoreira, pela Luísa Barbosa da Associação de Cabo-Verde.

Na Audição a Dirigentes da Administração Pública os Dirigentes da PSP e da GNR valorizaram o esforço das forças de segurança na promoção de formação em Direitos Humanos e Interculturalidade de modo a transmitirem aos agentes valores e princípios de inclusão da diversidade. E afirmaram que as forças de segurança são, na sua maioria, respeitadoras dos valores da liberdade e dos Direitos Humanos, tendo-o demonstrado através de dados estatísticos.

Diz o Superintendente-Chefe Luís Manuel Peça Farinha, da PSP, “Com efeito, o volume de interações dos polícias da PSP, no dia-a-dia, ultrapassa anualmente e em média os 2,5 milhões. A PSP é, assim, uma instituição sujeita a um elevado escrutínio do cidadão comum, da sociedade e de inúmeras instituições com as quais interage, escrutínio com o qual convive de forma confortável e que lhe acentua um carácter de polícia democrática e de proximidade que pretende ser.”

“Deste volume de interações, em 2018, as queixas contra atuações policiais e as reclamações em Livro de Reclamações representaram 0,049% do total de interações, resultados que nos parece que refletem claramente a real preocupação com a qualidade do serviço e da ação policial no respeito pelos princípios legais, deontológicos e éticos que devem nortear a cultura dos polícias.”

Também o Tenente-general Rui Manuel Carlos Claro, da GNR salienta “ a especial atenção que tem sido dada no reforço da componente formativa, quer no âmbito da formação inicial do nosso pessoal, quer na formação contínua, na formação de promoção a posto superior e na formação de especialização em áreas mais técnicas. Estas ações de formação são ministradas a todos os elementos da Guarda, com particular incidência na defesa e garantia dos direitos e combate de situações de discriminação, clarificando inequivocamente os limites da atuação, o regime disciplinar e as consequências punitivas de uma errada atuação policial.”

A Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna, Isabel Oneto, refere “Relativamente à questão do racismo, da xenofobia e da violência no seio das forças de segurança. Eu acho que nós temos que não escamotear o problema, mas quando se discute tem de se discutir com serenidade (...) Além da discriminação em si e da situação fática em si, há a questão do uso da violência, que é muito mais complexo e há a questão da autoridade. Portanto, tudo isto leva a que o assunto seja também discutido com serenidade, precisamente porquê? Porque nós não podemos escamotear aquilo que há, nem podemos sequer permitir que os indícios ou as situações que são detetadas nas forças de segurança não tenham imediatamente um processo de averiguações e que haja uma reação dura relativamente a essas situações, até porque são situações que comportam precisamente uma dificuldade de compatibilização com o exercício da profissão. E isso pode não acontecer noutras situações da Administração Pública. Portanto, a resposta tem de ser, de facto, imediata, em termos de intolerância total relativamente a estas situações”.

“Outra coisa é o impacto que determinadas ocorrências têm no seio da comunidade, o alarme social que elas criam. O que já é por si muito positivo, no nosso entender, haver

a percepção de que uma situação destas é totalmente intolerável pela sociedade e, portanto, tem um impacto forte, o que não significa, depois, que essas situações representem uma parte significativa das forças de segurança”.

A Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna fez ainda referênci aos Contratos Locais de Segurança que partem de um diagnóstico do território e da comunidade e desenvolve respostas integradas com outras entidades que intervêm naquela realidade.

Diz a Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna, , sobre os Contratos Locais de Segurança “E temos muitas situações, nestes Contratos Locais de Segurança, em que há uma intensa atividade entre as próprias crianças e jovens e as forças de segurança. Há jovens, em Vila Nova de Gaia, que estão a aprender a tocar instrumentos musicais com a banda da PSP. Temos as crianças a ajudar as forças de segurança a fazer operações de segurança rodoviária. Na nossa perspetiva, o importante é que elas vistam uma farda e vejam o respeito que o condutor tem pela criança e pelo facto de ter uma farda. Digamos que há aqui uma preocupação e, independentemente disto, as próprias forças de segurança têm protocolos de colaboração com várias zonas que são, maioritariamente, de etnia cigana ou afrodescendentes e que têm desde jogos de futebol a várias atividades conjuntas, para que possa haver ali, naquela comunidade, uma relação de confiança necessária, para se conhecerem uns aos outros e poderem ter essa relação.”

Refere também a Secretária de Estado, dando o exemplo da Polícia de Toronto, no Canadá, da necessidade de integrarem as forças de segurança mais agentes pertencentes às minorias étnico-raciais. Também na visita realizada ao Vale a Amoreira, Freguesia da Baixa da Banheira no Concelho da Moita, foi-nos relatado que a Esquadra da Baixa da Banheira tem na sua composição agentes afrodescendentes e que esse é um fator positivo.

“Temos vindo a estudar o fenómeno, por exemplo, da Polícia de Toronto, onde existem várias comunidades, ou seja, o próprio distrito é muito formado por várias comunidades. É conhecido pela sua diversidade cultural, ainda por cima tem o bairro dos italianos, dos portugueses, dos chineses. Tudo aquilo está dividido dessa maneira. E a verdade é que a Polícia de Toronto tem polícias oriundos dessas comunidades que são interlocutores privilegiados para essas comunidades”.

“A dificuldade está em saber como fazer chegar, na medida em que não creio que seja possível direcionar a abertura própria para essas comunidades, mas seria interessante saber como trabalhar, para que possamos ter, no seio das forças de segurança, pessoas oriundas das minorias que possam também elas ser agentes que possam exercer a sua profissão normalmente, mas que possam também saber como lidar com determinadas situações.”

Também as dificuldades no acesso à justiça e à literacia em direitos de cidadania são questões referidas nas intervenções, como fatores de fragilização das comunidades discriminadas que no caso das pessoas afrodescendentes e da comunidade brasileira se cruzam muitas vezes com aspetos relacionados com a imigração e a obtenção de documentação. Foram ainda referidas as dificuldades que persistem com o SEF- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras nos processos de renovação de residência e de legalização.

Ainda no âmbito da justiça um dos aspetos abordados, nomeadamente pelo Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais durante a visita que realizámos ao EP de Tires, foi a desproporcionalidade de pessoas afrodescendentes, ciganas e brasileiras na população prisional, sem que, contudo, existam dados estatísticos que sustentem a perceção, referindo que esta realidade é do final de linha, o que pressupõe compreender o fenómeno até chegar ao sistema prisional.

Proposta de Recomendações:

- Introdução de câmaras de vídeo na lapela das fardas quando há intervenções policiais
- Desenvolver projetos de proximidade com os jovens e as comunidades dos bairros das Áreas Metropolitanas que levem ao aumento de confiança entre comunidade e polícia
- Criar campanhas e estratégias para recrutamento de agentes de segurança dentro das comunidades de afrodescendentes e de comunidades ciganas
- Realizar um levantamento da origem étnico-racial da população prisional portuguesa, mediante pedido de autorização à Comissão de Proteção de Dados

EDUCAÇÃO

Portugal após o 25 de abril de 1974 universalizou o sistema de ensino que hoje é obrigatório até aos 18 anos. A verdade é que num sistema que é universal continuam a existir assimetrias que devem ser corrigidas sob pena de estarmos a limitar o direito a oportunidades iguais a todas as crianças.

No que diz respeito às crianças e jovens provenientes de minorias étnico-raciais há um conjunto de fatores que criam desigualdades dentro do sistema que é necessário acautelar porque são em muitos casos fator de segregação indireta.

Dados que nos foram facultados pelas entidades e personalidades que se debruçaram sobre o tema da educação nas audições, demonstram que há uma assimetria no “sucesso” educativo das crianças das minorias étnico-raciais.

Taxas de reprovação e de retenção superiores para os afrodescendentes. Também se verifica que há maior encaminhamento para os cursos profissionais. Os dados têm por base o estudo realizado por Manuel Abrantes e Cristina Roldão e é sustentado nos dados

sobre crianças filhas de imigrantes porque não existem dados sobre crianças afrodescendentes portuguesas.

Diz Beatriz Dias, Presidente da DJASS, com base no estudo de investigação referido “O que é que os dados nos mostram? Mostram-nos que as taxas de reprovação e de retenção são superiores para os afrodescendentes (...). No 1º ciclo, é de 16%, contra 5% para os portugueses; no 2º ciclo é de 28%, contra 11% para os portugueses; no 3º ciclo é de 32%, contra 15% para os portugueses; e, no ensino secundário, é de 50%, contra 20%. Também verificamos que há maior encaminhamento para os cursos profissionais. Isto acontece: é o dobro no ensino básico e o triplo no ensino secundário e há um menor acesso ao ensino superior. Estes jovens acedem cinco vezes menos ao ensino superior do que os jovens portugueses brancos ou não brancos- neste caso, não temos separação.”

Beatriz Dias acrescenta “O que é que isto quer dizer? Que estes estudantes são percecionados como estudantes que têm características diferentes dos outros estudantes. E que características são estas? São estudantes problemáticos, indisciplinados, com pouco sucesso, nos quais não vale a pena investir tanto ou, então, vamos encaminhá-los para um curso profissional, porque assim vamos criar a possibilidade de ter sucesso. (...) Quando verificamos que, em Portugal, um em cada três jovens que termina o ensino secundário acede ao ensino superior- portanto, só 33% dos jovens que acabam o ensino secundário acede ao ensino superior, quando fazemos o recorte da raça, verificamos que este número baixa drasticamente. Portanto, é preciso olhar para isto, é preciso olhar para esta diferença.”

Cristina Roldão, Professora da ESE de Setúbal, refere “Por exemplo, dados de 2013/2014, 80% dos alunos de nacionalidade dos PALOP que chegavam ao ensino secundário — 80%, portanto quase a totalidade — estavam em vias profissionais. Dos 20% que foram para vias gerais, metade reprovou ao longo do ensino secundário. Portanto, estamos a ver as dificuldades que temos a este nível. Num estudo em que estive envolvida — aí já com dados que não eram de nacionalidade, depois podemos discutir estas questões metodológicas —, aquilo que vimos foi que, entre os estudantes afrodescendentes em idade esperada de ingresso no ensino superior, 16% tinham entrado, enquanto para os de origem portuguesa era o dobro.”

Sobre as crianças ciganas, em 2018, a Direção-Geral da Educação lançou uma informação resultante do inquérito que aplicou às escolas públicas relativo ao ano letivo de 2016-2017 e torna-se evidente que conforme vai aumentando o nível de escolaridade, vai diminuindo o número de estudantes. Ou seja, se, por exemplo, no 1.º ciclo, estavam inscritos naquele ano letivo 5879 alunos, no secundário tínhamos 256 alunos.

Luís Romão, Presidente da Associação Sílabas Dinâmicas, reforça esta ideia de segregação no sistema de ensino “São as turmas que ainda existem nas escolas, só de ciganos. Mas a isto consegue-se dar a volta. «isto não são turmas só de ciganos, são os PIEF (Programa

Integrado de educação e Formação), são os POC (Programa de Ocupação para Carentes). Não são turmas só de ciganos. Ele já repetiu duas vezes o ano, não vai repetir mais uma vez. Então vamos coloca-lo aqui.» Só que o problema é que são todos ciganos!”

Diz Olga Magano, Professora da Universidade Aberta, “No ano passado, a Direção-Geral da Educação lançou uma informação resultante do inquérito que aplicou às escolas públicas relativo ao ano letivo de 2016-2017 e, não entrando muito em pormenores em termos de metodologia porque, obviamente, esta informação diz respeito aos diretores de escola que responderam — não é um recenseamento, mas é muito significativo —, vamos percebendo que, conforme vai aumentando o nível de escolaridade, vai diminuindo o número de estudantes. Ou seja, se, por exemplo, no 1.º ciclo, tínhamos inscritos naquele ano letivo 5879 alunos, no secundário tínhamos 256 alunos. É uma diferença gigantesca, não é?”

Outro aspeto referido foi a necessidade de combater o abandono escolar das meninas das comunidades ciganas, nomeadamente a partir do 2º ciclo. As causas identificadas para este abandono prematuro da escola prendem-se com os casamentos precoces em algumas comunidades ciganas e com a perspetiva das famílias de “proteger a honra” das meninas.

Diz Luís Romão sobre o mesmo assunto na Audição às Comunidades Ciganas “Onde há um maior número de ciganos é no 1.º ciclo. Desde o norte ao sul do País, no 1.º ciclo há sempre muitos. Acontece poderem ter 14, 15 ou 16 anos e andarem na 4.ª classe. Não existia sucesso. Depois, temos o 2.º e o 3.º ciclos em que havia duas ou três crianças e, no ensino secundário — estamos a falar no 10.º, 11.º e 12.º — era impensável, principalmente uma menina cigana.”

Olga Magano, fala sobre a escolaridade e as mulheres ciganas “Outra desigualdade que continua a ser enorme é entre homens e mulheres ciganas. Se for uma pessoa cigana a falar-vos deste aspeto, falará de uma forma diferente da minha, mas eu constato que continua a haver desigualdade, apesar de alguns aspetos estarem mais atenuados. A mulher continua a ter um papel muito submisso em relação ao género masculino, e isso deve-se um pouco à saída precoce da escola — a mulher não tem escolaridade, começa a ter filhos muito cedo, fica muito confinada à vida familiar.”

Eulália Alexandre, Subdiretora geral da educação fala do investimento feito para a integração das crianças ciganas na escola pública “Conseguiu-se fazer um questionário, um inquérito que foi depois trabalhado pela Direção-Geral das Estatísticas da Educação e do Ensino Superior, e que nos caracterizou e nos trouxe as preocupações que nós conhecíamos já também e que viemos, depois, a confirmá-las nos dados. (...) o abandono escolar — isto só para vos dar dois dados — nas raparigas era significativamente maior do que nos rapazes, o perfil está disponível na DGEEC, conhecê-lo-ão de certeza, não trago nenhuma novidade. Mas também tínhamos um aspeto positivo: é que havia já mais crianças ciganas a frequentar a educação pré-escolar

e, como sabemos, uma educação pré-escolar de qualidade é um preditor de sucesso para as nossas crianças e jovens. “

“O que é que foi feito agora, em 2019? Foi criado um guião para as escolas, isto decorrente da estratégia e deste objetivo também que nós temos aqui, porque não é só garantir o acesso, porque o acesso está garantido. O problema é garantir a frequência e a continuidade e esse é que é o grande desafio. Acesso temos todos. Depois, continuar e ter condições é que se torna mais difícil. Então, foi criado este guião, para promover a inclusão e o sucesso educativo das comunidades ciganas, foi apresentado em Esgueira, já, em abril de 2019. É um instrumento que tem recursos, tem materiais, foi feito com o Instituto das Comunidades Educativas, com a Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas, com o ACM, com a Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade, com o Observatório das Comunidades. Tem materiais muito importantes que podem ser trabalhados e tem muitos exemplos e estudos de caso, que as escolas podem trabalhar e partilhar.”

Acresce ainda a informação recolhida nas visitas ao terreno realizadas no âmbito do Relatório, nomeadamente em Bragança, no Bairro dos Formarigos, onde existe uma Escola de 1º ciclo só frequentada por crianças ciganas, ou ainda na Escola Básica 2/3 de Moura que faz parte de um agrupamento onde 35% das crianças são das comunidades ciganas. O ensino regular dessa escola é frequentado apenas por 1 criança cigana enquanto que em 45 alunos e alunas de turmas Programas Integrados de Educação e Formação (PIEF), apenas 2 alunos não são ciganos.

Também na visita realizada à Escola Azevedo Neves, junto ao bairro da Cova da Moura na Amadora, 75% das crianças e jovens que frequentam este estabelecimento de ensino são afrodescendentes. Esta escola tem 21 turmas de ensino profissional e 6 turmas de ensino regular. Esta escola apesar de ter características de segregação, é uma escola com um bom projeto educativo que promove o sucesso dos alunos e alunas.

Cristina Roldão, diz sobre o ensino profissional “Por outro lado, também em 2004, começou uma política de incentivo aos cursos profissionais e de alargamento das vias profissionalizantes ou não regulares no sistema educativo. Elas já existiam nas escolas privadas e algumas vias nas escolas públicas, mas a partir de 2004 realmente dá-se um alargamento. Dos poucos dados que temos — claro, não temos dados sobre a pertença étnico-racial —, aquilo que sabemos é que quer estudantes negros, quer estudantes ciganos estão a ser fortemente encaminhados para essas áreas. É claro que existem casos em que psicólogos e professores com pensamentos discriminatórios encaminham estes alunos para essas vias, mas é muito mais complexo do que isso. As escolas que servem estes contextos, que já são segregados de si, fazem uma aposta muito grande nestas vias. Há escolas que quase não têm vias regulares que deem acesso ao ensino superior. Portanto, todo o horizonte de expectativas e de possibilidade de estas crianças frequentarem a escola é por estas vias não regulares. E, claro, existe gente muito bem-intencionada nestas vias a fazer projetos interessantes, a querer efetivamente transformar a educação, mas nós sabemos que ela ainda é, infelizmente, uma educação de segunda.”

Neste âmbito há um conjunto de políticas públicas que importa salientar e que foram referidas nas audições das Subdiretoras Gerais da DGE e da DGEstE, assim como pelo Secretário de Estado da Educação, nomeadamente as Escolas TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, o papel do Animador Sócio Cultural, o Despacho de Matrículas que dá prioridade de escolha da escola às crianças que têm apoio social e a Portaria do Ensino particular e Doméstico que vem impor regras que ajudem a combater o abandono da frequência em estabelecimento de ensino, nomeadamente por grupos de minorias culturais.

Diz a Subdiretora Geral da DGEstE, Florbela Valente “Um outro aspeto que gostaria de destacar tem a ver com a organização dos grupos e das turmas nas escolas. Até uma determinada altura, era possível as escolas criarem grupos homogêneos. (...) Ora bem, isso agora não acontece, não é possível fazê-lo. Porquê? Porque isso não é um fator de inclusão, não, de todo, um fator de integração, potencia a desmotivação dos alunos e, de alguma forma, aliás, diria vincadamente, e não, de todo, de alguma forma, potencia o trabalho entre pares e destaca aquilo que contrariava um princípio, que é o de que todos os alunos têm potencialidades e dificuldades e, portanto, por que razão, então, não agrupá-los pelas potencialidades que tinham. Esse é um dos aspetos que destacava aqui.”

“Destaco também a questão de que a Inspeção-Geral de Educação e Ciência passou a contemplar, em sede da sua atividade de organização do ano letivo, estes temas, precisamente naquela que é a amostra das escolas que são intervencionadas em cada ano letivo.”

O Secretário de Estado da Educação, João Costa fez referência a um conjunto de novas medidas “No despacho das matrículas do ano passado, incluímos então a priorização na escolha da escola aos alunos beneficiários da ação social escolar, aqui com um pressuposto que foi tentar, ao máximo, diminuir a guetização também na rede escolar.”

“Outro instrumento importante, publicado este ano, foi a Portaria do Ensino Individual e Doméstico. Nós tínhamos reportado por escolas em particular que, em alguns grupos, em algumas minorias étnicas, o ensino individual e doméstico estava a ser utilizado como um estratagema para o abandono escolar efetivo. E aquilo que incluímos foi (...) a opção pelo ensino individual e doméstico ter de ser validada pela direção da escola e ter que ser feito um protocolo de colaboração entre a escola onde o aluno está matriculado e os que ficam responsáveis pelo ensino individual e doméstico.”

Contudo, apesar da existência destes mecanismos, há ainda necessidade de uma melhor aplicação que permita um efeito mais eficaz na diminuição das desigualdades entre crianças da comunidade maioritária e das comunidades racializadas, de modo a que a escola pública promova igualdade de oportunidades para todas as crianças.

Também há referências nas audições ao ensino superior e à baixa frequência de alunos e alunas das minorias étnico-raciais que são alvo do relatório, em particular afrodescendentes e comunidades ciganas, diz Cristina Roldão a propósito “Num estudo

em que estive envolvida — aí já com dados que não eram de nacionalidade, depois podemos discutir estas questões metodológicas —, aquilo que vimos foi que, entre os estudantes afrodescendentes em idade esperada de ingresso no ensino superior, 16% tinham entrado, enquanto para os de origem portuguesa era o dobro”.

Outro aspeto referido nas Audições, vai no sentido de ser necessário olhar para os manuais escolares, em particular os manuais de História, de forma crítica que permita maior pluralidade dos nossos legados culturais, sociais e históricos. Ainda nesta perspetiva, o Secretário de Estado da Educação defende que o ensino deve ser centrado no currículo e não nos manuais escolares.

Marta Araújo, Investigadora do CES da Universidade de Coimbra refere a sua complexidade “Quanto à abordagem do tema Marta Araújo refere a sua complexidade “Esta ideia de que podemos simplesmente corrigir o pequeno estereótipo... Dantes, chamavam-se «povos primitivos»; hoje em dia, há outras maneiras de os fazer, também ainda se usa esta designação. Portanto, não é só uma questão de corrigir pequenos estereótipos, também não é só uma questão de apresentar novas vozes, incluir outras vozes. “

Portanto, é preciso repensar as narrativas-mestras da História, é preciso pensar que tipo de identidade nacional queremos construir, em Portugal. Aqui, outra vez esta distinção entre falar de racismo, populações racializadas *versus* imigração. São pessoas que fazem parte do corpo nacional e, portanto, que narrativas devem ser repensadas.”

Sobre este tema refere a Subdiretora Geral da DGE, “Outra questão importante é a questão dos manuais escolares, porque embora o manual não seja obrigatório — e isso é importante que se diga — sabemos que há uma prática recorrente de recurso aos manuais, eles são adotados e são usados nas nossas escolas. Desde a primeira lei, de 2006, que existe na lei esta preocupação com a não discriminação, com a diversidade social, cultural, para os alunos a que se destinam os manuais, a pluralidade. Voltou-se agora, no Despacho 4947/2019, a reiterar a necessidade dos critérios de promover a educação para a cidadania, não apresentando discriminações de carácter cultural, étnico, racial, religioso e sexual, combatendo estereótipos, valorizando a diversidade, interculturalidade, assim como o princípio da igualdade de género, e não poderem os manuais constituírem-se como veículo de propaganda ideológica, política ou religiosa.”

O Secretário de Estado da Educação tem a seguinte posição relativamente a este assunto “Quando nós olhamos para o currículo a partir do manual, estamos condenados ao insucesso e ao fracasso. O que é que eu quero dizer com isto? Sim, há manuais bons, há manuais menos bons, há manuais que representam melhor ou pior o que está no currículo, há circunstâncias de manuais com uma linguagem menos adequada. Mas, sobretudo, o que nos interessa é desmanualizar isto, ou seja, junto do Alto Comissariado para as Migrações, em parceria com a Direção-Geral da Educação, têm vindo a ser produzidos muitos recursos educativos para trabalhar esta área, e para trabalhar — sobretudo através de instrumentos que a flexibilidade curricular agora potencia — os temas da história em conjunto com os temas da cidadania. Ou seja, nós temos o tema

dos direitos humanos trabalhados também com a aula de história, para perceber o que é que foi feito.”

“Estamos também num trabalho com uma equipa de investigadores, que está a preparar um livrinho, que queremos que chegue às escolas, sobre os Descobrimientos contados do outro lado, a partir dos alegados descobertos, e penso que este vai ser um recurso bom de trabalho para as escolas.”

Proposta de Recomendações:

- Combater a segregação das crianças afrodescendentes e das crianças ciganas dentro do sistema de ensino, garantindo o fim de escolas ou turmas exclusivamente com crianças de minorias étnico-raciais, ou a integração das crianças destes grupos em percursos escolares alternativos sempre que reúnam as condições para integrar o ensino regular.
- Desenvolver um estudo sobre a integração de jovens afrodescendentes e ciganos no Ensino Universitário, com vista a avaliar possibilidades de integração de medidas de ação positiva.

HABITAÇÃO

Quando falamos de discriminação étnico-racial em Portugal a habitação é um dos principais fatores de desigualdade das comunidades afrodescendentes e comunidades ciganas.

A política de habitação em Portugal nos últimos 45 anos seguiu o paradigma de realojamento em bairros sociais que manteve grupos de população nas periferias dos territórios, criando espaços de isolamento social, mas também manteve em precariedade habitacional grupos específicos de população, muito em particular fora das áreas metropolitanas, com especial predominância das comunidades ciganas.

Daniel Seabra, professor do ISEG, diz “(...)acho que aqui também continua a vigorar o princípio da própria ideia de habitação social, do bairro social, que fica em partes muito específicas da cidade, que é servido por um conjunto de instituições também muito específicas, escolas, mas também instituições de apoio social. Acho que isto acaba por estar na base de muitas estratégias defensivas da parte da comunidade e também complica muito o acesso a outras oportunidades. Acho que qualquer pessoa que tenha estado com os ciganos tem uma perceção muito clara de que, para os ciganos, não é bom estarem a viver ao pé de tantos outros ciganos, porque isto é muito opressivo.”

O levantamento realizado pelo IHRU em 2017 refere que há 26.000 famílias em locais abarracados ou edificações precárias. A caracterização feita pelo mesmo Instituto em 2015 relativamente às condições de habitação das comunidades ciganas em Portugal estima que 45% dos alojamentos não clássicos são ocupados por famílias ciganas e que 46% da habitação social é ocupada por famílias ciganas. Este levantamento corresponde a cerca de 40.000 pessoas e de 10.000 famílias.

Também importa referir que em 2015, os 10 Concelhos com situações de maior precariedade habitacional de famílias ciganas são Bragança, Faro, Moura, Coruche, Ovar, Portimão, Ílhavo, Loulé, Estremoz e Estarreja. Contudo é importante referenciar que os Municípios de Almada, Cascais, Loures, Porto e Setúbal não apresentaram dados, pelo que foram incluídos no estudo através de estimativas.

Nas deslocações realizadas no âmbito do relatório, visitámos “acampamentos” em Bragança e Moura, um bairro de barracas e de habitações precárias em Loures e Setúbal, um bairro de génese ilegal na Amadora e habitação social em Coimbra, Moura, Loures, Setúbal e Moita.

Também nas audições foram relatadas situações de habitação precária das comunidades ciganas no país. Aveiro, Santa Maria da Feira, Évora, Reguengos de Monsaraz, Beja, Vidigueira, Almeirim.

Sobre o Alentejo e a realidade das comunidades ciganas refere Prudêncio Canhoto, Presidente da AMEC, “Falando do distrito de Beja, tenho comigo fotografias que, depois, posso mostrar, dos acampamentos. Este distrito tem muitos acampamentos ciganos, onde há muitas barracas e panos de lona. Temos o Bairro das Pedreiras, que se fez para os ciganos. Fez-se um gueto, está ali, fora do perímetro humano, onde só lá vai quem tem interesse, por exemplo, para procurar votos. Quanto ao resto, ninguém passa por lá. E vocês sabem que este bairro foi construído, são 50 habitações que têm mais de 500 ciganos. Só veem que há ali um acampamento. É do conhecimento de várias pessoas, mas, para terem uma noção, no acampamento que está ao lado desse bairro, já estão mais pessoas fora que dentro das casas.”

E acrescenta “As câmaras estão limitadas, não têm dinheiro — é o que eles dizem. O Governo tem dois programas — e eu pensei, no ano passado, «Agora é que é!»: o 1.º Direito e o Porta de Entrada. Pensei: «Agora é que vai ser feita qualquer coisa». Já passou um ano e o que foi dito na Câmara Municipal de Beja é que vão recuperar nove casas para pôr nove famílias, e nem todas são ciganas, porque também não queremos que seja”m só para ciganos. Os não ciganos têm falta de habitação e também tem de lhes ser atribuída.”

“E, quando falo de Beja, falo de Pias, uma aldeia com mais de 300 ciganos, com barracas e terra batida. As crianças têm de ir para a escola, onde lhes exigem aproveitamento escolar, limpeza, e não há uma habitação adequada para estas famílias. Claro que os pais vivem numa situação muito complicada. Há pais que se levantam, agora no inverno, às 7 da manhã para fazer uma fogueira para os filhos se levantarem, aquecerem as mãos, levarem a cara — estes lavam a cara mal, porque estão cheios de frio — porque o autocarro já está à espera para os levar à escola. Ora, esta criança vai para a escola à força, desmotivada.”

Esta diversidade de situações espelha bem a realidade das famílias ciganas em Portugal no que diz respeito à habitação. Nesta perspetiva de fazer face a estas situações a Presidente do IHRU refere os processos de realojamento de comunidades ciganas em que o Instituto esteve envolvido em Peso da Régua e Campo Maior, bem como a

experiência recente do realojamento iniciado no Bairro da Jamaica no Seixal como uma boa prática. Das 234 famílias que serão realojadas, já houve realojamento de 62, em soluções de realojamento disperso em fogos adquiridos no concelho do Seixal.

Na nova geração de políticas de habitação há um programa, Primeiro Direito, criado em 2018, que passa pela sinalização dos Municípios de situações habitacionais indignas. O programa depende de iniciativa municipal, que tem que apresentar um diagnóstico das necessidades para o seu território, através de estratégias locais de habitação. Até à data da audição tinham sido apresentados 71 pedidos de apoio para a realização destas estratégias municipais.

A Presidente do IHRU, Isabel Dias refere, “o que eu posso dizer é que, no âmbito do novo programa que revogou o PER e que revogou o PROHABITA — que é o Programa 1.º Direito, criado pelo Decreto-Lei 37/2018 —, o critério é para situação habitacional indigna, o que significa que o universo abrangido é mais amplo do que o que era abrangido pelo PER e pelo PROHABITA. “

Situação habitacional indigna não tem a ver só com edificado. O programa é muito dirigido à pessoa e não ao sítio onde mora propriamente. Portanto, situação habitacional indigna é aquilo que o município sinalizar como uma situação que não corresponde aos critérios mínimos de dignidade e habitabilidade. (...) Como a iniciativa é municipal, neste momento os municípios estão a proceder aos diagnósticos das situações existentes nos respetivos territórios. Já temos cinco estratégias locais de habitação entregues com esse diagnóstico feito. Estamos a receber dezenas delas.”

Outro aspeto referido durante os trabalhos é a dificuldade de arrendamento das pessoas negras e das comunidades ciganas. Há uma prática reiterada de recusar o arrendamento a pessoas destas comunidades que muitas vezes não conseguem sair da precariedade habitacional porque não têm acesso ao mercado livre de arrendamento, situação que configura a violação da lei.

Flávio Almada, da Associação Moinho da Juventude diz “Citando Flávio Almada “Quanto à habitação, as pessoas tentam alugar as casas e é-lhes dito: «Não posso alugar a casa, porque, sabe, o último negro que esteve aqui causou problemas».” Esta realidade também foi relatada pela Presidente da AMUCIP na visita que fizemos à Associação de Mulheres Ciganas no Seixal.

Proposta de Recomendações:

- Envidar todos os esforços para acabar com as situações habitacionais indignas em Portugal até 2024, mediante meta proposta pelo Governo
- Desenvolver mecanismos de apoio jurídico e social ao arrendamento que contribuam para impedir a recusa dos proprietários em alugar casas a pessoas ciganas e afrodescendentes

TRABALHO/EMPREGO

O trabalho e o emprego são uma dimensão estruturante na vida das pessoas que condiciona a capacidade de alugar ou adquirir uma casa, de dar aos filhos as condições necessárias para estudar e usufruir de um contexto sociocultural como valorização do seu crescimento e da aquisição de competências pessoais e sociais.

No âmbito deste relatório, ouvimos os e as representantes das comunidades discriminadas a relatar a sua experiência de discriminação no mercado de trabalho, que passa por questões objetivas como a baixa escolaridade ou a indocumentação de imigrantes, mas também por fatores subjetivos que são os mais difíceis de ultrapassar e que começa muitas vezes na seleção de trabalhadores, sendo que, nas comunidades ciganas, é praticamente inexistente contratações, independentemente da função ou do trabalho a que concorrem.

Maria José Vicente, representante da EAPN, aborda a dificuldade de acesso ao emprego “Essas dificuldades prendem-se, sobretudo, com comportamento discriminatório e a não sensibilização por parte de algumas entidades empregadoras para a contratação de pessoas de etnia cigana. Posso dizer-vos que estas situações de discriminação começam, muitas vezes, no próprio processo de seleção, quando as pessoas de etnia cigana são convocadas para as entrevistas. Durante a entrevista, os entrevistadores, por conhecimento, às vezes, por viverem em meios mais pequenos, sabem que a pessoa é de etnia cigana e é logo colocada de lado, não valorizando as competências e as capacidades da pessoa em questão. São comunidades ciganas, são logo colocadas de lado. E nós temos de combater essas questões.”

E acrescenta “Muitas pessoas disseram: «Eu trabalho num determinado sítio, mas ninguém sabe que sou cigana. Tenho receio de que, a partir do momento em que integre este projeto, os meus colegas e, mesmo, a minha entidade patronal comece a olhar para mim de outra forma e eu possa mesmo ser despedida».”

Há também discriminação salarial muitas vezes associada a situações de grande precariedade e há no que diz respeito a afrodescendentes e brasileiros uma forte segregação nos setores em que trabalham e nas funções que desempenham. Apesar de não haver dados sobre esta realidade, a perceção é de que as mulheres destas comunidades trabalham maioritariamente em funções de limpeza e os homens na construção civil ou em funções de segurança.

Filipe Nascimento, da Associação de Caboverdiana, aborda o tema do acesso ao mercado de trabalho “Não basta sabermos quantos é que estão a trabalhar, se não nos preocuparmos em saber como, em quê, de que modo é o tratamento, qual é o salário — onde também vou chegar — e de que modo é feito o rastreio desses interessados, dos candidatos, que muitas vezes passaram uma juventude e uma adolescência a preparar-se para aceder ao mercado de trabalho, muitas vezes em condições de igualdade a nível dos currículos — como aqui já foi muito bem evidenciado — e que, sem um critério objetivo, essas pessoas vêem-se, infelizmente, obrigadas a refugiar-se

nos tais trabalhos, não é novidade para ninguém, da limpeza, à construção civil, à fiscalização do estacionamento (...)"

Também em matéria de formação profissional, foi referida a desadequação às comunidades ciganas, nomeadamente no que diz respeito à adequação aos níveis de escolaridade, aos horários de formação e às estratégias adotadas para a permanência na formação.

Maria José Vicente afirma sobre a permanência das pessoas ciganas na formação profissional "Refere ainda a permanência das pessoas ciganas na formação "Depois, temos desafios na permanência da formação profissional, que se prende com pouca ou nenhuma informação e ausência de formação por parte dos formadores relativamente às comunidades ciganas, e aqui não especificamente a uma cultura, mas, sim, a uma abordagem intercultural. Sentimos que os formadores não têm esta sensibilidade. Ausência de metodologias participativas ligadas a uma aprendizagem ativa mais prática e, ainda ao nível da permanência na formação, existe um défice de recursos de formação/emprego que articule, de forma intensiva, a formação teórico-prática e a integração profissional. Muitas vezes, as ações de formação são muito teóricas e depois não existe uma componente prática que leve a que as pessoas permanecem na formação."

O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, Miguel Cabrita, refere relativamente à formação profissional (...) Eu creio que, deste ponto de vista, mesmo que possam não existir muitas ações destinadas à problemática étnico-racial ou da discriminação nesse plano, e ainda menos a grupos específicos que estejam identificados ou que possam ser circunscritos de alguma forma em diferentes contextos geográficos, eu conheço talvez poucas instituições em Portugal cuja ação, por definição e pela sobreposição dos mecanismos de desigualdade que muitas vezes fazem com que a desigualdade e a pertença étnico-racial estejam associadas também a desigualdades sociais, desigualdades de rendimento, dificuldades perante o emprego, baixas qualificações, enfim, todo o ciclo de reprodução também da pobreza e da exclusão que conhecemos, poucas entidades terão porventura uma atuação tão — diria — transversal ou com impactos tão transversais e tão profundos, perante públicos muito desfavorecidos e também perante situações que estão em situações de desfavorecimento, em parte ou em todo, também por via do seu enquadramento no quadro desta temática de discriminação que aqui tratamos hoje."

Nas audições à Inspectora Geral da Autoridade para as Condições do Trabalho e ao Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional foi referido que é uma prioridade de intervenção da ACT o combate à discriminação laboral de imigrantes e que há um forte investimento no combate ao Tráfico de Seres Humanos para fins laborais, sendo reiterado pelo Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional que a discriminação étnico-racial não significa forçosamente imigração, tendo sido referida abertura para desenvolver mais estes temas na dentro dos serviços da ACT.

A Inspetora geral da ACT, Luísa Guimarães, diz “O primeiro (objetivo), promover a igualdade, prevenir e combater situações de discriminação que estão proibidas pelo Código do Trabalho, como referi. O segundo objetivo, que é um objetivo muito concreto, de melhorar as condições de trabalho de determinados grupos que nós sabemos que são grupos com uma vulnerabilidade acrescida e, portanto, temos desenvolvido um conjunto de ações, designadamente relativamente a trabalhadores estrangeiros, que têm um foco na melhoria das condições de trabalho destes trabalhadores. E, depois, temos desenvolvido também ação vária no contexto de formas de abusos graves e de exploração, designadamente no trabalho forçado e exploração laboral, trabalho não declarado e precariedade, que fazemos normalmente em conjunto com outras entidades e sinalizando às entidades responsáveis as situações que devam ser sinalizadas.”

O Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional deixa a seguinte nota “As ações da ACT, por exemplo, parece-me que é um caminho possível. Não quero aqui assumir nenhum compromisso sobre isso, até porque não posso. Mas penso que é um bom exemplo de como progredir, no âmbito da informação que temos sobre discriminação. Com base numa melhor contabilização quer dos casos concretos, quer das ações concretas que são feitas, pode ser um caminho talvez mais prudente e mais equilibrado.”

Foi sinalizada ausência de representatividade de afrodescendentes, mas que também se estende às pessoas das comunidades ciganas, na administração pública portuguesa, quer em lugares de topo, quer nas repartições e serviços.

Refere Filipe Nascimento sobre este tema “Acho que o próprio Estado também não dá muito exemplo nesta matéria. Se verificarmos, como disse há pouco, onde é que temos os nossos lugares reservados no mercado de trabalho — e o próprio Estado é o maior empregador do País — e, se formos a ver dentro das estruturas do Estado, tanto nas administrações públicas como nas empresas estatais, penso que não podemos fingir que essa realidade dos afrodescendentes e dos estrangeiros, de modo geral, não existe. Podemos ter uma exceção ou outra, e aqui não posso fugir a esta realidade e tocar com a política e dizer: «Bom, temos um Deputado afrodescendente ou africano», mas é uma exceção da exceção. Podemos ter uma apresentadora de televisão não portuguesa ou não de raça branca — desculpem ser muito frontal a usar esses termos —, mas é uma exceção da exceção.”

Foram sendo feitas referências à importância dos mediadores socioculturais, tema que surge durante as audições muito relacionado com a educação, e em particular com a mediação nas comunidades ciganas como fator essencial para uma melhor inclusão, mas que também foi referido no âmbito da saúde.

Sobre este tema diz Luís Romão “O mediador escolar é extremamente importante para o sucesso das comunidades ciganas na educação. É extremamente importante! Isto que fique bem claro, e vou explicar o porquê. Eu sou mediador ou sou assistente operacional, como lhe queiram chamar, há 17 anos. Eu, quando fui trabalhar para a escola, lembro-

me que não havia ninguém no jardim de infância. Não era hábito. Os pais de crianças com 8 anos pensavam que os miúdos ainda eram pequeninos e com três anos diziam: «O meu filho ainda é um bebé para ir para a escola». Isto acontece na comunidade cigana. Mas, depois, terem um mediador na escola a confiança começou a ser outra. Não quer dizer que os ciganos sejam menos do que os outros. Se os outros vão porque é que os ciganos também não têm que ir? Mas, se existe este problema e se se consegue resolver com um mediador, por que é que não se coloca um mediador?”

O Alto Comissário para as Migrações dá-nos os seguintes dados “ (...) como o Programa de Mediadores Municipais Interculturais — temos, hoje, 42 mediadores, dos quais 20 são pessoas das comunidades ciganas (...)”

O Secretário de Estado da Educação refere “Sobre mediadores, o último despacho da organização do ano letivo, faz uma discriminação positiva das escolas TEIP, com mais horas no cálculo de crédito, e todas as escolas — sejam TEIP ou não — podem optar, quando recorrem à contratação, por contratar professores ou técnicos, sejam psicólogos, mediadores, etc. Isto permite às escolas gerir este crédito com muito mais liberdade, para poderem contratar as pessoas que fazem mais sentido para as necessidades da escola e, nalguns casos, têm sido contratados mediadores.”

E a Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna também reforça o papel dos mediadores “Temos também financiado a criação de mediadores culturais ou de conflitos, nas situações onde verificamos que é necessário que, na escola, as crianças saibam resolver os seus problemas e não os levem para casa. Temos mediadores em Lisboa, Loulé, Vila Franca de Xira, Vila Nova de Gaia, onde temos contratos locais e procuramos, sempre que possível, proceder à formação de mediadores locais, para que possam fazer essa ligação e essa intercomunicação.”

Estes profissionais, apesar de realizarem uma função específica e diferenciada, são enquadrados na administração pública, na maioria dos casos, como técnicos operacionais, porque a profissão não está regulamentada.

Proposta de Recomendações

- Desenvolver através do organismo que promove o emprego, mecanismos de dissuasão da exclusão de pessoas na seleção de trabalhadores por motivos étnico-raciais
- Promover projetos dentro da política pública de emprego, de emprego apoiado para as comunidades ciganas,
- Promover dentro da ACT formação específica para inspetores sobre racismo, xenofobia e discriminação étnico-racial, tal como existe noutros setores da administração pública
- Regulamentar o estatuto do mediador sociocultural

SAÚDE

Desde 2001 que a legislação portuguesa garante o acesso ao Serviço Nacional de Saúde em Portugal a todos os cidadãos, independentemente da sua origem ou da sua situação legal no país. Contudo para as pessoas imigrantes em situação irregular há constrangimentos neste acesso, e há desinformação no atendimento dos serviços de saúde que criam dificuldades neste acesso, deixando por vezes pessoas sem resposta.

Diz Jakilson Fernandes a propósito da saúde “Para ir mais a fundo quanto à questão da saúde, que tradicionalmente vimos que é a questão dos acessos, apesar de eu achar que o nosso sistema de saúde é bom... Posso criticar muitas coisas que têm que se mudar em Portugal, mas o sistema de saúde, a mentalidade, os funcionários...Estou a falar do acesso de imigrantes ao sistema de saúde. Quando os imigrantes vêm, por exemplo, de países que têm protocolo, chegam ao hospital ou ao centro de saúde — e há países tipo Cabo Verde que nós, constantemente, na Associação, temos de enviar protocolo para as pessoas serem atendidas... Essa não é uma realidade que passe muitas vezes, mas ainda há pessoas que são recusadas ao acesso ao sistema de saúde, em Portugal. Diariamente, imigrantes são recusados e, muitas vezes, com aquele discurso que não pode ser tolerado na nossa função pública, que é dizer: «Eh pá, se não estás contente, vai para a tua terra!», e isso nós estamos a normalizar. Essa parte de tirar o tapete, quando reclamamos o nosso direito, e dizer: «Vão para a vossa terra!», esse discurso, o Estado tem um papel fundamental de não aceitar. Não podemos tolerar. Acho que deve haver tolerância zero estar a dizer a cidadãos que vão reclamar os seus direitos para irem para as suas terras.”

André Costa Jorge, do Serviço de Jesuítas para os Refugiados relata ““No âmbito da saúde, por exemplo, detetamos uma dificuldade burocrática, sistemática, na inscrição dos migrantes nos centros de saúde. Isto deve-se, muitas vezes, a obstáculos por ação dos funcionários dos centros de saúde. Aquilo que propomos é que não nos cansemos de fazer ações de formação e sensibilização aos, às vezes, tiranos do balcão, porque legislam, muitas vezes, por modo próprio. Também vimos migrantes sem situação documental regularizada, ou indocumentados, que não têm direito a taxas moderadoras. Sugerimos, por exemplo, que se faça alteração necessária na lei ou nova circular da saúde que determine uma interpretação mais lata das regras de acesso às taxas moderadoras. Por exemplo, em 2018, a maior parte da população assistida pelo JRS foi, sobretudo, cidadãos oriundos da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe em idade ativa e de sexo feminino, população que tem forte incidência e necessidades de cuidados médicos.”

Também outro aspeto referido nas audições no âmbito das comunidades ciganas é a realidade das pessoas que vivem em condições de habitação precária e que têm problemas de saúde associado a essa falta de condições.

Diz Maria José Vicente na Audição às Comunidades Ciganas sobre o tema da saúde “Em 2009, a EAPN Portugal, no âmbito de um projeto transnacional, desenvolveu um estudo

sobre a situação atual das comunidades ciganas em Portugal, (...). A principal conclusão é que, realmente, as doenças que as comunidades ciganas apresentavam na altura estavam diretamente relacionadas com as condições de habitação e, sobretudo, com uma situação de pobreza e de exclusão, que caracteriza estas comunidades. Estamos a falar, sobretudo, de doenças respiratórias.

Proposta de Recomendações

- Reforçar as orientações técnicas e mecanismos de informação e formação dos serviços de saúde, cuidados primários e serviços hospitalares, sobre os direitos e as regras que se aplicam a utentes do SNS, imigrantes em geral e pessoas que estão indocumentadas ou em situação irregular.